



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – COMAS

Lei Municipal nº 1275, de 28 de Junho de 2006 e Lei nº 2.175 de 11 de julho de 2014

Ata n.º 266

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS de Caraguatatuba, realizada em sete de maio de dois mil e vinte e quatro, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Av. União das Américas, nº 380, Bairro Jardim Aruan, às 09h. Presentes na reunião os Conselheiros: Aline Rodrigues Alves Ciaca, Lívia Bachiega Yamamura, Mariana Estella Cestari Lese, Cíntia Yara Silva Barbosa, Daniella Bandeira Vaz, Felipe dos Santos Sbruzzi, Maria Elvira da Silva Alves, Evelyn Thiari Brito Fonseca, Janaína Tavares, Iara Freire da Costa, Gisele Rosana dos Santos, Beatriz Moraes Ferreira e Sonia Eugenia de Brito Amaral. Justificaram suas ausências: Leda Maria Goulart de Oliveira, Renata Cristiane de Souza, Silvia Aparecida Marinho de Freitas, Aline Antonia da Silva, Daniela Pereira Lellis e Mécia Policarpo Quirino. A Vice-Presidente do COMAS, Sra. Aline Rodrigues Alves Ciaca iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e informou que devido a questões de saúde a Presidente do Conselho, Sra. Leda Maria Goulart de Oliveira não poderá estar presente nesta reunião. Que sendo assim, dirigirá os trabalhos. Verificada a existência de quorum suficiente para deliberações a Sra. Aline Alves colocou em pauta o **primeiro assunto** que trata do preenchimento do **Sistema PMASWEB referente a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais de 2023, Execução Financeira dos Recursos Municipais e Federais de 2023 e Lei Orçamentária Municipal de 2024**. A Sra. Aline passou a palavra para Conselheira Lívia Bachiega Yamamura. A Conselheira Lívia iniciou sua fala e lembrou aos presentes que a Prestação de Contas dos recursos estaduais referente ao exercício de dois mil e vinte e três, já foi aprovada por este Conselho na reunião de seis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, através da Ata nº 261 e Resolução nº 001 de 07/02/24 do COMAS, dando ciência aos conselheiros do preenchimento no sistema dessas informações já aprovadas anteriormente, sendo que o único ajuste necessário foi em relação ao Programa Fortalecimento do Cadúnico, que devido aos juros de aplicação até a data de devolução, ficou no valor final de R\$ 71.435,65 (setenta e um mil quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos). Em relação a Execução Financeira dos recursos municipais no ano de dois mil e vinte e três, a Conselheira Lívia apresentou e explicou os valores lançados no Sistema do PMASWEB: **Serviços de Proteção Social Básica**, Previsão inicial de repasse no valor de R\$ 2.810.603,00 (dois milhões oitocentos e dez mil seiscentos e três reais), Recurso Disponibilizado no valor de R\$ 2.042.161,40 (dois milhões quarenta e dois mil cento e sessenta e um reais e quarenta centavos), Valores Executados no total de R\$ 1.712.131,55 (um milhão setecentos e doze mil cento e trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos); **Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade**, Previsão inicial de repasse no valor de R\$ 2.130.464,00 (dois milhões cento e trinta mil quatrocentos e sessenta e quatro reais), Recurso Disponibilizado no valor de R\$ 1.539.544,00 (um milhão quinhentos e trinta e nove mil quinhentos e quarenta e quatro reais) e Valores Executados no total de R\$ 311.757,99 (trezentos e onze mil setecentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos); **Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade**, Previsão inicial de repasse no valor de R\$ 7.285.380,00 (sete milhões duzentos e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta reais), Recurso Disponibilizado no valor de R\$ 5.842.380,00 (cinco milhões oitocentos e quarenta e dois mil trezentos e oitenta reais) e Valores Executados no total de R\$ 4.656.842,37 (quatro milhões seiscentos e cinquenta e seis mil oitocentos e quarenta e

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – COMAS

Lei Municipal nº 1275, de 28 de Junho de 2006 e Lei nº 2.175 de 11 de julho de 2014

dois reais e trinta e sete centavos); **Benefícios Eventuais**, Previsão inicial de repasse no valor de R\$ 3.344.814,00 (três milhões trezentos e quarenta e quatro mil oitocentos e quatorze reais), Recurso Disponibilizado no valor de R\$ 5.838.808,00 (cinco milhões oitocentos e trinta e oito mil oitocentos e oito reais) e Valores Executados no total de R\$ 4.925.902,65 (quatro milhões novecentos e vinte e cinco mil novecentos e dois reais e sessenta e cinco centavos). Em relação à Execução Financeira dos Recursos Federais no ano de dois mil e vinte e três, nas seguintes formas e valores: **Serviços de Proteção Social Básica** – Previsão Inicial de repasse no valor total de R\$ 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais); Recursos Disponibilizados no montante de R\$ 956.323,71 (novecentos e cinquenta e seis mil trezentos e vinte e três reais e setenta e um centavos) considerando o recurso reprogramado mais o recurso recebido, Aplicação Financeira no valor de R\$ 65.884,02 (sessenta e cinco mil oitocentos e oitenta e quatro reais e dois centavos), Valor Executado no total de R\$ 549.801,95 (quinhentos e quarenta e nove mil oitocentos e um reais e noventa e cinco centavos); Valor passível de Reprogramação de R\$ 472.405,78 (quatrocentos e setenta e dois mil quatrocentos e cinco reais e setenta e oito centavos). Vale ressaltar que foi incluído na Proteção Básica o valor referente a conta corrente da Portaria 369/2020 com gasto de R\$ 12.381,86 (doze mil trezentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos); **Serviço de Proteção Social Especial** – Previsão Inicial de repasse no valor total de R\$ 594.420,00 (quinhentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte reais), Recursos Disponibilizados no valor de R\$ 888.966,00 (oitocentos e oitenta e oito mil novecentos e sessenta e seis reais) considerando o recurso reprogramado mais o recurso recebido, Aplicação Financeira no montante de R\$ 41.955,78 (quarenta e um mil novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos), Valor Executado no total de R\$ 628.180,79 (seiscentos e vinte e oito mil cento e oitenta reais e setenta e nove centavos); Valor passível de Reprogramação no total de R\$ 302.740,99 (trezentos e dois mil setecentos e quarenta reais e noventa e nove centavos). Vale ressaltar que foi incluído na Proteção Especial os saldos e aplicações das contas da Portaria 369/2020, subtraindo o valor gasto na Proteção Básica; **Programas e Projetos** – Recursos Disponibilizados no valor de R\$ 289.196,86 (duzentos e oitenta e nove mil cento e noventa e seis reais e oitenta e seis centavos), considerando os recursos reprogramados e recebidos das diversas contas referentes aos programas do Governo Federal; Aplicação Financeira no valor de R\$ 29.131,26 (vinte e nove mil cento e trinta e um reais e vinte e seis centavos), Valor Executado no total de R\$ 5.777,64 (cinco mil setecentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos); Valor passível de Reprogramação no total de R\$ 312.550,48 (trezentos e doze mil quinhentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos); **Incentivos a Gestão (IGDs)** – Previsão Inicial de repasse: R\$ 314.339,64 (trezentos e quatorze mil trezentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) referente as contas do IGD-PBF, IGD-PAB e IGD-SUAS; Recursos Disponibilizados no valor de R\$ 781.857,15 (setecentos e oitenta e um mil oitocentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos); Aplicação Financeira no montante de R\$ 60.983,76 (sessenta mil novecentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos); Valor Executado no total de R\$ 174.938,70 (cento e setenta e quatro mil novecentos e trinta e oito reais e setenta centavos); Valor passível de Reprogramação no total de R\$ 667.902,21 (seiscentos e sessenta e sete mil novecentos e dois reais e vinte e um centavos). Sra. Livia lembrou aos conselheiros que a Reprogramação dos recursos federais para o ano de 2024 já foi aprovada por este Conselho na reunião de

[Handwritten signatures and initials]



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – COMAS

Lei Municipal nº 1275, de 28 de Junho de 2006 e Lei nº 2.175 de 11 de julho de 2014

dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, através da Ata nº 262 e Resolução nº 005 de 21/02/24 do COMAS. Em relação a Lei Orçamentária Municipal 2024, conforme a Lei Municipal nº 2.700 de 29 de dezembro de dois mil e vinte e três publicada no Diário Oficial Eletrônico de Caraguatatuba – Ano 06 nº 1209, cujo valor aprovado para Assistência Social foi no total de R\$ 32.402.431,00 (trinta e dois milhões quatrocentos e dois mil quatrocentos e trinta e um reais), sendo R\$ 8.735.357,00 (oito milhões setecentos e trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e sete reais) alocados no FMAS e R\$ 23.667.074,00 (vinte e três milhões seiscentos e sessenta e sete mil setenta e quatro reais) que não estão alocados no FMAS. Encerrada a explanação a Vice-Presidente retomou a palavra e abriu para manifestações dos Conselheiros. Não havendo questionamentos, Sra. Aline colheu os votos dos Conselheiros presentes sendo a pauta aprovada por unanimidade. O **segundo assunto** pauta da reunião foi para falar da **Eleição do COMAS** para representantes da Sociedade Civil, que será realizada no dia cinco de junho de dois mil e vinte quatro, a Sra. Aline fala que é muito importante a participação de todos, pediu a colaboração na divulgação e fala para todos a lista com os nomes dos representantes que se inscreveram. Candidatos Representantes dos Usuários beneficiários dos Serviços de Transferência de Renda e ou participantes de projetos sociais: Evelyn Thiare Brito Fonseca, Edna Pereira Costa Santos, Marcelle de Sant’Ana Nunes e Gabriel Guerra Tibiriçá de Sant’Anna. Candidatos representantes das Entidades e Organizações de Assistência Social: Janaína Tavares e Mécia Policarpo Quirino – representantes da Casa Beija-flor; Suelen Simões de Oliveira e Luceli Cristina de Oliveira Cotia – representantes da SOSANED; Maria de Lourdes de Almeida Santos e Benedita Maris Camargo – representantes do Lar São Francisco de Assis e Gisele Rosana dos Santos – representante da APAMI. Candidatos representantes dos Trabalhadores do Setor de Assistência Social: Leda Maria Goulart de Oliveira, Iara Freire da Costa, Luna Sales Ferreira Barbosa e Breno do Prado Savassa. Candidatos representantes de Associações Civis: Beatriz Moraes Ferreira – representante da ACCC; Renata Cristiane de Souza e Elvis Mateus Ferreira – representantes da APAE, Mariana Ferreira Soares e Cláudia Adriane Lopes Ramos – representantes da RESTITUI e os representantes dos Aposentados: Sonia Eugenia de Brito Amaral e Rosangela Aparecida Lamberti Ramachoti. Sra Aline também falou da próxima reunião que estava agendada para o dia quatro de junho e sugeriu a todos para remarcar para outra data, pois no dia cinco de junho já seria realizada a Eleição do COMAS, ficando então cancelada temporariamente. A Sra. Aline enfatizou mais uma vez a todos para comparecerem na Eleição do COMAS das 9h. as 16h na Casa dos Conselhos, com o E-Título ou Título Eleitoral e um documento com foto. A vice-presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e nada mais havendo a ser tratado lavrou esta Ata que vai assinada por todos os presentes.


Aline Rodrigues Alves Ciaca


Lívia Bachiega Yamamura



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – COMAS

Lei Municipal nº 1275, de 28 de Junho de 2006 e Lei nº 2.175 de 11 de julho de 2014

Ata n.º 266

Mariana Estella Cestari Lese

Cíntia Yara Silva Barbosa

Daniella Bandeira Vaz

Felipe dos Santos Sbruzzi

Maria Elvira da Silva Alves

Evelyn Thiari Brito Fonseca

Janaina Tavares

Iara Freire da Costa

Gisele Rosana dos Santos

Beatriz Moraes Ferreira

Sonia Eugenia de Brito Amaral